



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE/RS

EDITAL N° 025/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026

<b>OBJETO</b>	Concessão de serviço de transporte público coletivo, com um ônibus, em linha regular, na zona urbana do Município de Pinhal Grande.
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.138.200,00 para 60 meses</b>
<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<b>15/06/2026</b>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	Menor Valor da Tarifa
<b>PARTICIPAÇÃO</b>	AMPLA CONCORRÊNCIA

Torna-se público que a **PREFEITURA DE PINHAL GRANDE/RS**, inscrita no CNPJ n° **94.444.346/0001-22**, por meio do Prefeito, Sr. Lucas Michelin, sediada na Avenida Integração, n.º 2691, Bairro Integração, Pinhal Grande/RS, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei n° 14.133/2021**, do Decreto Municipal n° 2.481, de 09 de maio de 2023, Leis Federais n° 8.975/95, n° 12.587/2012 e n° 13.460/2017 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 15 de junho de 2026.

Horário: 09:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

## 1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Concessão de serviço de transporte público coletivo, com um ônibus, em linha regular, na zona urbana do Município de Pinhal Grande**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço da tarifa**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Poderão participar empresas em CONSÓRCIO, as quais ficam condicionadas, além das demais exigências contidas neste EDITAL, ao atendimento dos seguintes requisitos:

a) apresentação do instrumento público ou particular de compromisso de constituição do CONSÓRCIO, subscrito pelas consorciadas, que atenda aos requisitos do art. 279 da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (art. 15, I, Lei n.º 14.133/21);

b) responsabilidade solidária pelos atos praticados em CONSÓRCIO das empresas dele integrantes, tanto nas fases licitatórias quanto na execução do contrato, bem como pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e administrativos referentes ao objeto do CONTRATO de CONCESSÃO (art. 15, V, Lei n.º 14.133/21);

c) indicação da participação de cada empresa no CONSÓRCIO, especificando as obrigações e responsabilidades de cada consorciada em relação ao objeto da presente concorrência, em atendimento ao inciso IV, do art. 279 da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

d) indicação da consorciada líder, a qual, sem prejuízo da solidariedade prevista anteriormente, responderá perante o MUNICÍPIO, sem necessidade de notificação, intimação ou qualquer forma de ciência das demais, pelo integral cumprimento do presente EDITAL e pelo CONTRATO DE CONCESSÃO, com poderes inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, devendo a empresa líder, obrigatoriamente, ter a maior participação no CONSÓRCIO (art. 15, II, da Lei Federal n.º 14.133/21);

e) não será permitida a participação de empresa consorciada, suas coligadas, controladas, controladora ou sob controle comum em mais de um CONSÓRCIO ou isoladamente. Caso uma LICITANTE participe de um consórcio, ficará ela impedida de participar isoladamente da concorrência, permanecendo a sua participação apenas no referido consórcio (art. 15, IV, da Lei Federal n.º 14.133/21);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

f) apresentação, por parte de cada empresa consorciada, da documentação comprobatória de sua habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal, admitindo-se, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação (art. 15, III, Lei n.º 14.133/21);

g) sendo o CONSÓRCIO declarado vencedor, suas integrantes ficam obrigadas a constituir em definitivo o CONSÓRCIO (com personalidade própria e com o transporte de passageiros como objeto único e específico), apresentando o respectivo instrumento devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio Grande do Sul, para que possa ser firmado o CONTRATO DE CONCESSÃO (art. 15, § 3º, Lei n.º 14.133/21);

h) comprovação de compromisso de que o CONSÓRCIO não terá a sua composição ou constituição alteradas, ou sob qualquer forma modificada, sem prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO (art. 15, § 5º, Lei n.º 14.133/21);

i) a designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido.

Fica estabelecido para o consórcio o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

## **2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4.16. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

4.16.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.16.1.1. **Valor da tarifa;**

4.16.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.16.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.16.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.16.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.16.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.16.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.16.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.16.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.16.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

4.16.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.16.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.16.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **4.17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

##### **4.17.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

##### **4.17.2. - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), junto a Receita Federal
- b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**No caso de empresas reunidas em CONSÓRCIO, deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

a.1.) Compromisso de constituição do CONSÓRCIO, subscrito pelas consorciadas, contendo: a.

1.1.) Denominação do CONSÓRCIO;

a.1.2.) Composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;

a.1.3) Organização do CONSÓRCIO;

a.1.4.) Objetivo do CONSÓRCIO;

a.1.5.) Indicação da empresa líder como responsável junto ao MUNICÍPIO por todos os empreendimentos que envolvam o CONSÓRCIO;

a.2) Procuração outorgando à empresa líder poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, renunciar a recursos, compromissar-se, receber citações, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto deste EDITAL;

a.3) Declaração expressa de todos os participantes do CONSÓRCIO, vigente a partir da data de apresentação da documentação e da proposta, de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, com suas alterações, no tocante ao objeto desta concorrência, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na proposta.

**4.17.3 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

**4.17.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A qualificação técnica será comprovada através de:

a) Comprovação de que o licitante possui como atividade, no seu contrato social, a exploração de serviço de transporte coletivo de passageiros;

b) Declaração de disponibilidade do veículo operacional, conforme ANEXO VIII, para a realização dos serviços, com, no mínimo, as seguintes características:

- Idade dos veículos inferior a 15 (quinze) anos;
- Capacidade mínima para 35 passageiros sentados;
- Com condições adequadas para execução do SERVIÇO.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

c) Comprovação através de atestado de experiência como operadora de transporte de passageiros ou escolares, na modalidade fretamento, que deverão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado tomadoras dos serviços, nos quais deverá constar:

- Quantidade de veículos utilizados na operação;
- Comprovação de experiência de ao período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de prestação de serviços de transporte.

**4.17.5 - DECLARAÇÕES:**

- a) Declaração conjunta, constante no Anexo IV deste Edital;
- b) Declaração do porte da empresa, Anexo V deste Edital;
- c) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de economia mista, conforme anexo VI;
- d) Declaração de disponibilidade de veículo, anexo VIII.

**4.17.6. VISITA TÉCNICA:**

a) O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado no Setor de Engenharia do Município pelo fone (055) 3278-1135, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

a.1) Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, (anexo VII).

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2. empresas brasileiras;

5.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. conter vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Agente de Contratação/Comissão, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou por cópia simples.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, em formato digital e ZIP, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.**

7.10. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

7.11. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

7.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.13. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.14.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.15.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observando o prazo disposto no item 9.9.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DO TERMO DE CONTRATO**

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.



## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.pinhalgrande.rs.gov.br/home>

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.6. fraudar a licitação;

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licita@pinhalgrande.rs.gov.br](mailto:licita@pinhalgrande.rs.gov.br) e [compras@pinhalgrande.rs.gov.br](mailto:compras@pinhalgrande.rs.gov.br)

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.pinhalgrande.rs.gov.br/home>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Projeto básico

12.11.2. ANEXO II – Fator de Ajuste Tarifário

12.11.3. ANEXO III – Matriz de Riscos

12.11.4. ANEXO IV – Modelo de declaração conjunta

12.11.5. ANEXO V - Modelo de declaração do porte da empresa

12.11.6. ANEXO VI – Modelo de declaração que não emprega funcionário público

12.11.7. ANEXO VII - Declaração de opção por não realizar a vistoria técnica

12.11.8. ANEXO VIII – Modelo de declaração de disponibilidade do veículo

12.11.9. ANEXO IX – Modelo de proposta

12.11.10. ANEXO X - Minuta do Contrato

### **13. OBSERVAÇÕES DO EDITAL**

1º - As planilhas complementares referentes ao presente projeto serão disponibilizadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.pinhalgrande.rs.gov.br/home> cabendo aos interessados o acompanhamento e a verificação do conteúdo disponibilizado

Pinhal Grande/RS, 25 de março de 2026.

.....

Lucas Michelon

Prefeito Municipal de Pinhal Grande



## ANEXO I – PROJETO BÁSICO

### 1. OBJETO:

**1.1.** O presente Projeto Básico tem por objeto detalhar os aspectos operacionais do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros de Pinhal Grande para a sua delegação mediante Concessão, mediante a realização de processo licitatório.

**1.2.** O objeto da presente licitação é a outorga de concessão da prestação do serviço público de Transporte Coletivo de passageiros, por um ônibus, em linha regular, no Município de Pinhal Grande, pelo **prazo de 60 meses**.

**1.2.1.** A Concessão da prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, a ser operado conforme roteiro, locais, trechos e horários que poderão ser modificados ou adequados a critério do Poder Público Municipal, visando atender as demandas de transporte da comunidade, mantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro da atividade.

**1.2.2.** A prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição do veículo (veículo reserva), equipamentos, instalações e outros, atendendo as necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica do Município.

**1.3.** A prestação do serviço dar-se-á em **apenas uma linha**, com **quilometragem diária estimada de 100 km (cem quilômetros)**

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Está contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar constante neste processo.

### 3. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS:

A presente licitação reger-se-á pelas Leis nº 8.987/95 (Lei das Concessões), Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 1.377/2007, e Decreto Municipal nº 1.329/2007 bem como as demais legislações incidentes.

### 4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A utilização do transporte coletivo urbano mostra-se essencial para garantir o deslocamento adequado dos usuários entre suas residências e os locais de realização de suas atividades diárias, tais como trabalho, estudos, serviços de saúde e demais compromissos essenciais.

O uso dessa modalidade contribui para reduzir o fluxo de veículos particulares, minimizar congestionamentos e diminuir impactos ambientais, especialmente no que diz respeito à emissão de gases poluentes. Além disso, o transporte público promove acessibilidade, inclusão social e mobilidade urbana eficiente, atendendo pessoas que não dispõem de transporte próprio ou que dependem economicamente de uma alternativa mais viável.

No contexto específico, a necessidade do transporte coletivo urbano se justifica pela distância significativa entre o local de origem e destino, pela inexistência de meios alternativos adequados, e pela frequência regular das linhas, que possibilitam o cumprimento dos horários previstos para as atividades.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

Assim, a concessão/uso do transporte coletivo é fundamental para assegurar a pontualidade, segurança e continuidade das atividades vinculadas ao deslocamento solicitado.

## 5. DOS REQUISITOS:

**5.1.** Esta licitação é aberta a todas as pessoas jurídicas que atendam às normas deste edital e que desejarem prestar, sob o regime de Concessão, o Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, doravante denominado SERVIÇO.

**5.2.** Para serem considerados habilitados à execução do SERVIÇO, os licitantes deverão cumprir as exigências deste Edital, da Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e suas alterações, e da Lei 14.133/2021 e demais Leis pertinentes à matéria.

## 6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A qualificação técnica será comprovada através de:

**a)** Comprovação de que o licitante possui como atividade, no seu contrato social, a exploração de serviço de transporte coletivo de passageiros;

**b)** Declaração de disponibilidade do veículo operacional, conforme ANEXO VIII, para a realização dos serviços, com, no mínimo, as seguintes características:

- Idade dos veículos inferior a 15 (quinze) anos;
- Capacidade mínima para 35 passageiros sentados;
- Com condições adequadas para execução do SERVIÇO.

**c)** Comprovação através de atestado de experiência como operadora de transporte de passageiros ou escolares, na modalidade fretamento, que deverão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado tomadoras dos serviços, nos quais deverá constar:

- Quantidade de veículos utilizados na operação;
- Comprovação de experiência de ao período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de prestação de serviços de transporte.

## 7. DO VEÍCULO:

**7.1.** O veículo deverá ser modelo da espécie **ônibus coletivo urbano**, com as seguintes características:

**7.1.2.** Veículo com, no mínimo, as seguintes características:

- **O veículo deverá possuir idade inferior a 15 (quinze) anos durante toda a execução do contrato;**
- Capacidade mínima para 35 passageiros sentados;
- Com condições adequadas para execução do SERVIÇO.

**7.2.** O veículo deverá possuir características, documentação e ser identificado como de **transporte coletivo urbano**.

**7.3.** Independentemente do ano de fabricação, poder-se-á recusar-se qualquer veículo componente apresentado para o serviço, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

técnicas exigidas. A recusa do veículo pela fiscalização implicará na substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, da constatação ou ocorrência, que ainda poderá ocorrer por:

- a) Avaria do veículo regular da linha;
- b) Manutenção preventiva do veículo;
- c) Vistorias no veículo.

**8. DA OUTORGA DE CONCESSÃO:**

**8.1.** A concessão será válida por um período de **60 (sessenta) meses**.

**8.1.1. Previsão de impossibilidade de prorrogação de vigência contratual, impedindo que, ao final do prazo de 60 (sessenta meses), seja possível a prorrogação até o limite legal de 10 (dez) anos;**

**8.2.** Não incidirá cobrança de valor de outorga para a concessão deste serviço.

**8.3.** O prazo para início de operação, a partir da assinatura do Contrato de Concessão, não poderá exceder a 05 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação e aplicação de penalidades.

**8.4.** A Concessionária deverá entrar em operação dentro do prazo estipulado, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, apresentando e aprovando seu veículo vistoriado por empresa credenciada no DAER munido de laudo de vistoria e comprovante da contratação de seguro CRC, nas seguintes coberturas mínimas:

<b>SEGUROS</b>	<b>VALOR EM UPF/RS</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
<b>SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS (AP)</b>	<b>2500</b>	<b>R\$ 70.825,00</b>
<b>SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (RC)</b>	<b>30.000</b>	<b>R\$ 849.900,00</b>
<b>DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES (DMH)</b>	<b>600</b>	<b>R\$ 16.998,00</b>

**9. BAIRROS A SEREM ATENDIDOS PELA LINHA:**

**ROTEIRO VIA LOTEAMENTO ALBERTO PASQUALINI (LAP):**

Com início no Bairro Limeira Rua 15 de Novembro esquina com a estrada para Rincão dos Salles rumo ao centro; entrando na Rua Barão do Rio Branco rumo ao Loteamento Alberto Pasqualini; passando pelas ruas internas do loteamento e retornando pela mesma rua; Entrando na Rua Valentin Rubin rumo a Vila Jardim; entrando na Rua Julio Lourenço de Salles rumo ao centro; entrando na Rua 15 de Novembro rumo ao Bairro Integração; passando pela Avenida José Batistella; Avenida Integração; Rua César Rubin entrando pela Rua José Rubin Filho contornando a Praça do Bairro São José do Pinhal pela Rua José Jacob Piussi e Rua Amadeus Trevisan e retornando e percorrendo o mesmo trajeto através da Rua César Rubin até o ponto de partida. Trecho com 16,00 Km.



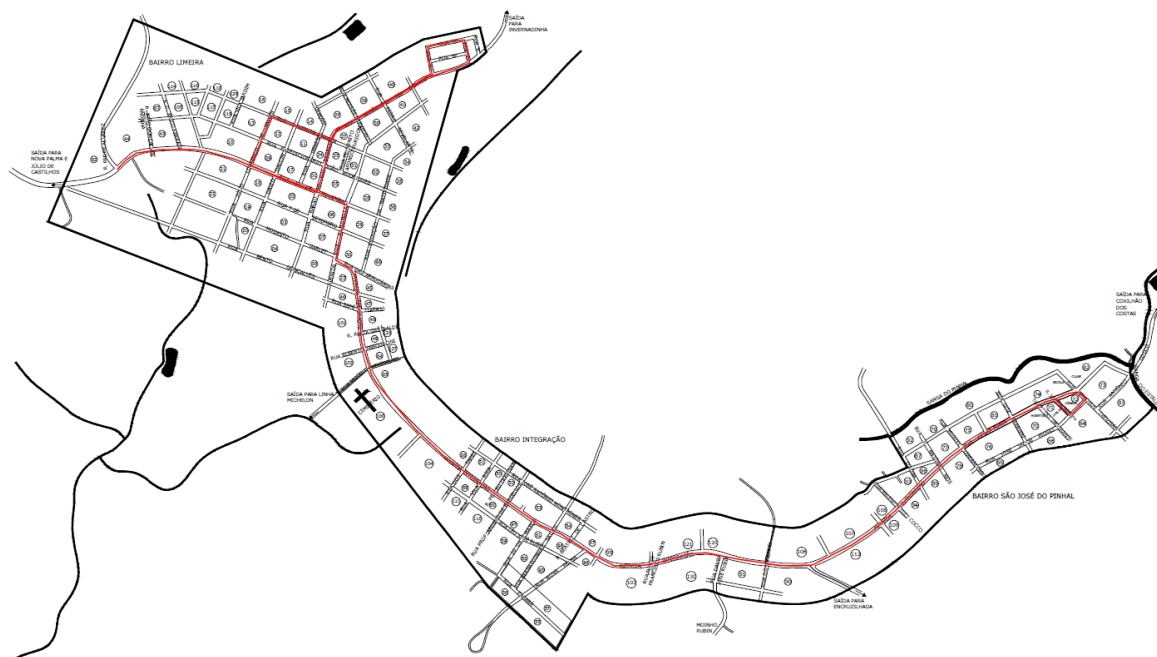
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ROTEIRO BAIRRO LIMEIRA BAIRRO SÃO JOSÉ DO PINHAL:**

Com início no Bairro Limeira Rua 15 de Novembro esquina com a estrada para Rincão dos Salles rumo ao centro; Entrando na Rua Valentin Rubin rumo a Vila Jardim; entrando na Rua Julio Lourenço de Salles rumo ao centro; entrando na Rua 15 de Novembro rumo ao Bairro Integração; passando pela Avenida José Batistella; Avenida Integração; Rua César Rubin entrando pela Rua José Rubin Filho contornando a Praça do Bairro São José do Pinhal pela Rua José Jacob Piussi e Rua Amadeus Trevisan e retornando e percorrendo o mesmo trajeto através da Rua César Rubin até o ponto de partida. Trecho com 14,00 Km.

**ROTEIRO BAIRRO LIMEIRA BAIRRO INTEGRAÇÃO:**

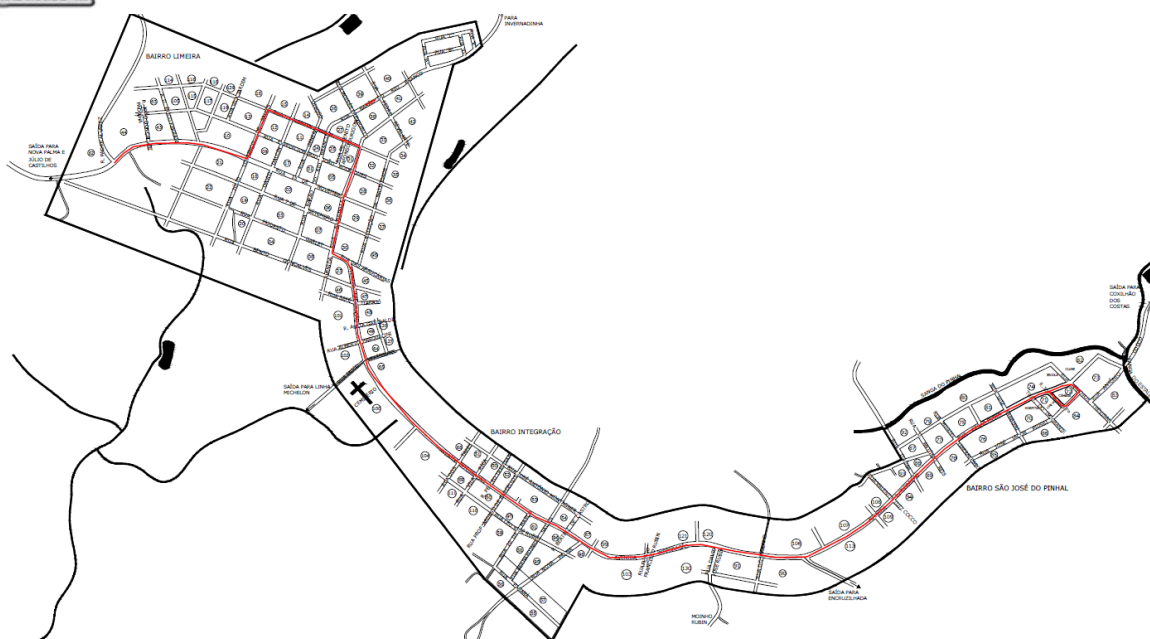
Com início no Bairro Limeira Rua 15 de Novembro esquina com a estrada para Rincão dos Salles rumo ao centro; Entrando na Rua Valentin Rubin rumo a Vila Jardim; entrando na Rua Julio Lourenço de Salles rumo ao centro; entrando na Rua 15 de Novembro rumo ao Bairro Integração; passando pela Avenida José Batistella; Avenida Integração, Bairro Integração em frente a Prefeitura Municipal. Trecho com 6,00 Km.



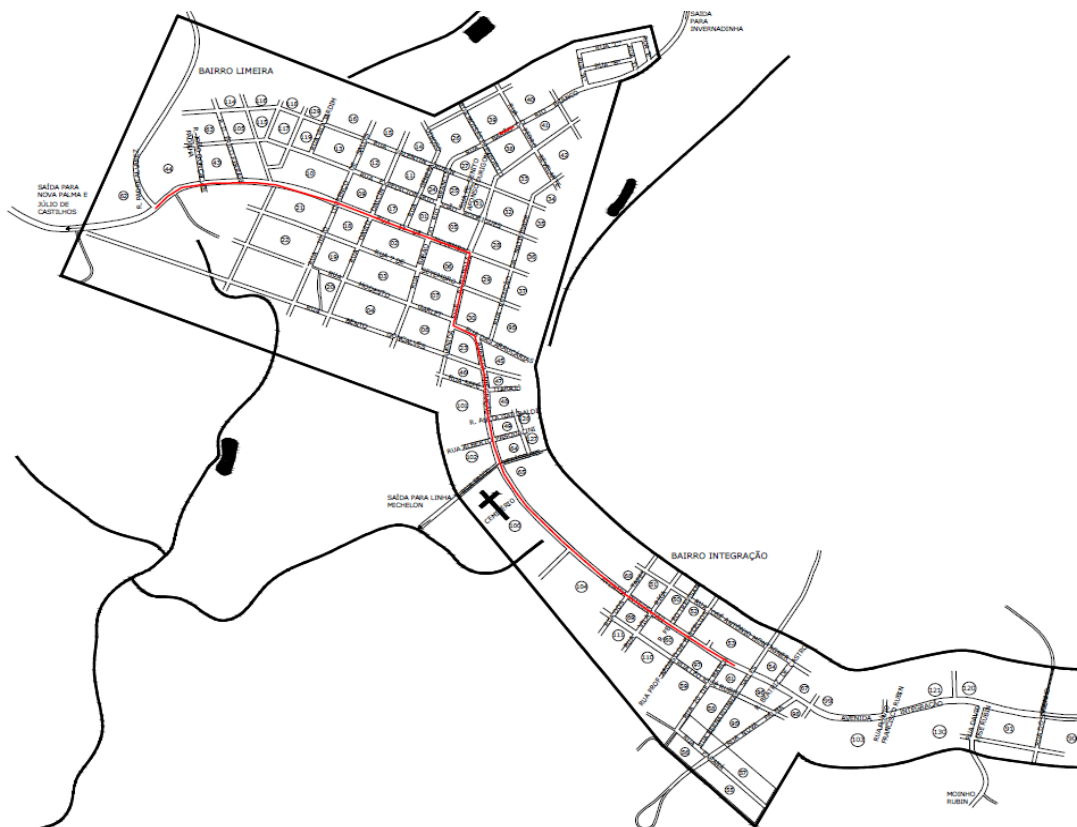
**Figura 1:** Rota Loteamento Alberto Pasqualine – LAP 16 km.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



**Figura 2:** Rota Bairro Limeira à Bairro São José - BL à BSJ 14 km.



**Figura 3:** Rota Bairro Limeira à Bairro Integração - BL à BI 6 km.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

## 10. QUADRO DE HORÁRIOS:

Os horários estabelecidos visam o atendimento da necessidade dos usuários e a viabilidade dos serviços, são os atualmente utilizados e já encontra-se familiarizado na população.

SAÍDA	HORÁRIO	VIA	DESTINO	KM
BL	06:30	LAP	BI	16 Km
BI	06:45		BSJP	
BSJP	06:50		BI	
BI	06:55		BL	
BL	07:10		BI	14 Km
BI	07:20		BSJP	
BSJP	07:25		BI	
BI	07:30		BL	
BL	07:45		BI	6 Km
BI	07:55		BL	
BL	11:20	LAP	BI	18 Km
BI	11:30		BL	
BL	11:45		BI	
BI	11:50		BSJP	
BSJP	11:55		BI	
BI	12:00		BL	
BL	12:45		BI	6 Km
BI	12:55		BL	
BL	13:00	LAP	BI	16 Km
BI	13:15		BSJP	
BSJP	13:20		BI	
BI	13:25		BL	
BI	17:00		BL	6 Km
BL	17:10		BI	
BI	17:30	LAP	BL	18 Km
BL	17:45		BI	
BI	17:50		BSJP	
BSJP	17:55		BI	
BI	18:00		BL	
			TOTAL:	100 Km





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

LEGENDA	
BL	BAIRRO LIMEIRA
BI	BAIRRO INTEGRAÇÃO
BSJP	BAIRRO SÃO JOSÉ DO PINHAL
LAP	LOTEAMENTO ALBERTO PASQUALINI

## 11. QUILOMETRAGENS:

Quilometragem por dia: 100 Km/dia.  
Número de dias: 20 Dias.  
Quilometragem por mês: 2.000 Km/mês.

## 12. TARIFA:

**12.1.** A prestação dos serviços deverá ser efetuada por conta e risco da Concessionária.

**12.2.** A remuneração da Concessionária será representada pelas tarifas arrecadadas em moeda corrente, pelos passes públicos ou escolares, bem como pelas receitas indiretamente auferidas, respeitadas as normas das quais decorram redução no seu quantum, isenção ou gratuidade nos casos específicos, como previstas no regramento contratual e legal.

**12.3.** A Concessionária se obriga a arrecadar as tarifas, também através do recebimento de fichas ou bilhetes, das modalidades: estudantil, operária, vale-transporte, ou outras que venham a estas se agregar, por disposição do Poder Concedente.

**12.4.** O valor máximo da tarifa admitido nas propostas de preço é fixado em R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

**12.5.** A tarifa será sempre fixada pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Pinhal Grande, e será aferida a partir da planilha de custos, formulada nos termos da legislação municipal (Lei Municipal n.º 1.377, de 14 de agosto de 2007, e Decreto municipal n.º 1.329, de 15 de agosto de 2007).

**12.6.** A tarifa poderá ser revista mediante prévia justificação, embasada em dados técnicos que indiquem o necessário e eventual restabelecimento da equação econômico-financeira, nos termos da legislação pertinente, não descurando de sua adequação a patamares compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários do serviço.

**12.7.** O valor da tarifa será reajustada anualmente, tendo por data-base o início do mês subsequente ao mês do vencimento do período.

**12.8.** As revisões tarifárias tomarão como base a Planilha de preços, parte da proposta, que será o instrumento para verificação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, corrigidas pelo Fator de Ajuste Tarifário nas condições estabelecidas.

**12.9.** As fichas ou os bilhetes serão comercializados pela Concessionária, vendidos diretamente aos usuários ou por outra forma disciplinada pela Concedente.

**12.10.** O controle de arrecadação das tarifas se fará mediante o competente regulamento a ser expedido pela Concedente.



### **13. DA REVISÃO DO VALOR DA TARIFA:**

**13.1.** A tarifa poderá ser revista mediante prévia justificação, embasada em dados técnicos que indiquem o necessário e eventual restabelecimento da equação econômico-financeira, nos termos da legislação pertinente, não descurando de sua adequação a patamares compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários do serviço.

**13.2.** O valor da tarifa será reajustada anualmente, tendo por data-base o início do mês subsequente ao mês do vencimento do período.

**13.3.** As revisões tarifárias tomarão como base a Planilha de preços, parte da proposta, que será o instrumento para verificação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, corrigidas pelo Fator de Ajuste Tarifário nas condições estabelecidas.

### **14. VEÍCULO RESERVA**

A Concessionária deverá manter, durante toda a vigência do contrato, ao menos um veículo reserva em plenas condições de operação, destinado a substituir imediatamente qualquer veículo que apresente falha mecânica, pane ou avaria, de modo a garantir o cumprimento integral dos itinerários e horários estabelecidos.

### **15. MANUTENÇÃO DA FROTA**

A Concessionária será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados na prestação do serviço, garantindo condições adequadas de segurança, higiene, conforto e conservação, em conformidade com as normas técnicas e de trânsito vigentes.

### **16. PONTUALIDADE E REGULARIDADE**

A Concessionária deverá cumprir rigorosamente os horários, itinerários e frequências definidos pelo Poder Concedente, sendo vedadas alterações unilaterais sem prévia e expressa autorização da Administração.

### **17. QUALIFICAÇÃO DOS MOTORISTAS**

Os motoristas designados para a execução do serviço deverão possuir habilitação compatível, respondendo a Concessionária por quaisquer atos praticados no exercício da função.

### **18. DA FISCALIZAÇÃO**

A prestação do serviço ficará sujeita à permanente fiscalização do Poder Concedente, que poderá realizar vistorias, solicitar documentos, aplicar penalidades e adotar outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

### **19. RESPONSABILIDADE CIVIL**

A Concessionária responderá, de forma exclusiva e integral, por quaisquer danos causados a usuários, terceiros ou ao patrimônio público, decorrentes da execução do serviço, independentemente de culpa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

## 20. DA EMISSÃO E VENDA DE PASSAGENS:

A emissão das passagens será de responsabilidade e com custos arcados pela CONCESSIONÁRIA, sendo a sua quantidade emitida autorizada mediante termo, pela CONCEDENTE.

**Parágrafo Primeiro** - Os tickets de passagem:

- a) Deverão ser físicos, confeccionados em PVC ou similar, a prova d'água, **numerados em forma sequencial**;
- b) Deverão ser separados por cores conforme suas categorias (vale-transporte, estudantes, passageiro normal e outros);

**Parágrafo Segundo** - Será permitida a venda de passagens antecipadas, mediante autorização prévia pela CONCEDENTE.

**Parágrafo Terceiro** - Das informações a serem prestadas ao Município relativas a venda de passagens: Mensalmente, a CONCESSIONÁRIA emitirá relatório relativo ao acompanhamento da venda de passagens, que deverá ser entregue a fiscalização, contendo:

- a) Relatório com o total de passageiros transportados, por dia, sendo separados por categorias de benefícios;
- b)

## 21. DA GRATUIDADE DA TARIFA

Lei Municipal nº 1.377, de 14 de agosto de 2007 - Dispõe sobre a Concessão e Permissão do Transporte Coletivo e dá outras Providências.

Art.10. § 3º São isentos do pagamento da tarifa de transporte por ônibus, o menor de até seis (06) anos de idade, devendo o mesmo embarcar no ônibus em companhia dos pais ou responsáveis, e o maior de 65 (sessenta e cinco anos), tendo a outorgada o direito de exigir a comprovação da idade.

## 22. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

$5.420 \text{ (passagens)} \times 3,50 \text{ (tarifa)} = \text{R\$ } 18.970,00 \text{ por mês}$

$\text{R\$ } 18.970,00 \times 12 \text{ meses} = \text{227.640,00 por ano}$

$5.420 \times 3,50 \times 12 \times 5 = \text{1.138.200,00 para 60 meses}$

## 23. CÁLCULO TARIFÁRIO

**23.1. Valor da tarifa será de 3,50 (três e cinquenta centavos).**

**23.2.** Cálculo tarifário do transporte coletivo urbano, métodos: GEIPOT e ANTP com especificação da remuneração do concessionário (remuneração pela prestação do serviço).

## 24. VIGÊNCIA

24.1. A concessão terá vigência de **60 (sessenta) meses**, vedada a sua prorrogação.

24.2. Previsão de impossibilidade de prorrogação de vigência contratual, impedindo que, ao final do prazo de 60 (sessenta meses), seja possível a prorrogação até o limite legal de 10 (dez) anos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

## 25. CONDIÇÕES E PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS PASSAGENS ADQUIRIDAS POR SERVIDORES PÚBLICOS

25.1. Será emitido pelo Departamento Pessoal do Município um relatório com a quantidade de passagens utilizados pelos Servidores Municipais com o valor a ser pago a empresa mensalmente.

25.2. O pagamento será efetuado pelo Município de Pinhal Grande em até 30 (trinta) dias contados da data da entrega dos bens ou da prestação dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

25.3. No valor a ser pago já está incluído todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

25.4. Na nota fiscal/fatura emitida pela empresa deverá conter em local de fácil visualização a indicação do número deste contrato e número do empenho.

## 26. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

26.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida;

26.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

26.3. A comprovação dar-se-á mediante apresentação de nota fiscal contendo os valores antigos e notas fiscais contendo o novo valor e devem ser acompanhadas por pedido formal, devidamente assinado e datado, contendo o número do contrato, o item solicitado, preços e percentuais requeridos.

26.4. Sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

26.5. Dentro do prazo previsto no item 6.4 o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

## 27. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

### SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

04.01.04.123.0002.2014- Manutenção da Secretaria da fazenda

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0002.2011 – Manutenção das atividades da Secretaria da Administração

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**

02.01.04.122.0002.2005 – Manutenção das Atividades do Gabinete

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

10.01.20.122.0002.2121 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01.10.301.0018.2077 – Manutenção da Secretária Municipal da Saúde

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**

07.01.12.122.0002.2041 – Manutenção das Atividades da Secretária da Educação

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

06.01.04.122.0002.2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

05.01.04.122.0002.2018 – Manutenção da Secretaria de Planejamento

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**28. GESTÃO DO CONTRATO**

28.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 2.481 de 09 de maio de 2023, que “Regulamenta o agente de contratação, a equipe de apoio e a comissão de contratação, no âmbito do Município de Pinhal Grande/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

28.2. A gestão do contrato ficará a cargo do agente de contratação.

28.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Vanderlei Bueno Boiani, matrícula nº 2.04 - Chefe do Setor de Transporte Escolar, o qual sairá uma portaria em seu nome.

28.4. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

**29. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

**Parágrafo Primeiro** - Constituem direitos do Poder Concedente, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

- I - regulamentar os serviços e fiscalizar permanentemente sua prestação;
- II - determinar alterações nos serviços, modificando itens operacionais relacionados aos mesmos com a finalidade de melhor atender ao interesse público;
- III - zelar pela boa qualidade dos serviços com base nos princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, liberdade de escolha, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas e de pleno respeito aos direitos dos usuários e do prestador de serviço, concessionário;
- IV - exigir o constante aperfeiçoamento técnico, tecnológico e operacional dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - Constitui obrigação do Poder Concedente, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I - assegurar à Concessionária as condições necessárias ao exercício da concessão e garantir os direitos da concessionária;
- II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- III - Intervir na prestação dos serviços, nos casos previstos na Lei Federal nº 8.987/95 e demais legislações municipais.
- IV - extinguir a concessão nos casos previstos neste contrato, na legislação municipal e na legislação federal;
- V - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais na concessão.
- VI - Mensalmente, exigir da CONCESSIONÁRIA relatório relativo ao acompanhamento da venda de passagens, contendo:
  - Total de passageiros transportados, por dia, mês, sendo separados por categorias de benefícios;
  - Total de passagens mensal vendidas antecipadamente e no ato da utilização;
  - No trimestre que antecede o término do prazo da concessão, cessar-se-á a venda de passagens antecipadas, devendo a CONCEDENTE efetuar o recolhimento das passagens excedentes, onde será efetuado o inventário das passagens em poder dos usuários de acordo com a numeração das passagens recolhidas.

### **30. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:**

**Parágrafo Primeiro** - Constituem direitos dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I - dispor dos serviços de forma adequada, em condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, conforto e cortesia;
- II - obter todas as informações necessárias para o bom uso do serviço;
- III - receber informações sobre qualquer modificação ocorrida no serviço com a antecedência necessária, conforme determinação do Poder Público;
- IV - externar reclamações e sugestões através de canais próprios instituídos pelo Poder Público e pelo concessionário;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

V - ser tratado com urbanidade e respeito;

VI - beneficiar-se das gratuidades previstas na legislação e normas regulamentares aplicáveis, identificando-se adequadamente quando solicitado;

VII - levar as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes à operação dos serviços, ao conhecimento do Poder Público, participando, de forma ativa, de sua fiscalização;

VIII - receber, quando couber, a devolução correta e integral do troco, observado o limite máximo de pagamento de 20 (vinte) vezes o valor da tarifa;

XI - exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações do concessionário impostas pelo Poder Público.

**Parágrafo Segundo** - Constituem obrigações dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:

I - pagar pelo serviço utilizado de acordo com a legislação e normas regulamentares aplicáveis;

II - preservar e zelar pela preservação dos bens vinculados à prestação do serviço;

III - portar-se de maneira adequada e utilizar o serviço de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Público;

IV - zelar pela eficiência do serviço, não praticando qualquer ato que possa prejudicar o serviço ou os demais usuários, utilizando-o de forma adequada.

### 31. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

**31.1. Parágrafo Primeiro** - Constituem direitos da Concessionária, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

I - arrecadar as tarifas relativas à prestação dos serviços nos termos da legislação e normas regulamentares aplicáveis;

II - ter mantida a equação econômico-financeira do contrato ao longo de sua execução de acordo com a legislação e normas aplicáveis;

III - peticionar ao Poder Concedente sobre assuntos pertinentes à execução dos serviços.

**31.2. Parágrafo Segundo** - Constituem obrigações da Concessionária, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nos Anexos ao Edital e ao presente Contrato de Concessão:

I - cumprir e fazer cumprir fielmente as disposições deste contrato e seus respectivos Anexos, bem como da legislação aplicável, mantendo durante toda a vigência da concessão as condições de habilitação e qualificação exigidas nos citados instrumentos;

II - operar os Serviços de forma a garantir a sua regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, liberdade de escolha, conforto, cortesia, modicidade tarifária e comodidade de pleno respeito aos direitos dos usuários, na forma da lei e normas regulamentares;

III - cumprir as regras de operação regulamentadas pelo Poder Público;

IV - respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e normas regulamentares aplicáveis;

V - promover o constante aperfeiçoamento técnico e operacional dos serviços, bem como a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas utilizados, com vistas a assegurar eficiência máxima na qualidade do serviço;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

- VI - operar somente com pessoal devidamente capacitado, treinado, habilitado, com observância das normas municipais aplicáveis, bem como da legislação trabalhista, previdenciária, securitária, de segurança e medicina do trabalho;
- VII – observar as normas de direito privado e trabalhista, não havendo qualquer relação ou vínculo jurídico entre terceiros contratados pelo particular e o Poder Público;
- VIII - permitir o livre acesso da fiscalização e auditoria instituídas pelo Poder Público, prestando todas as informações solicitadas;
- IX - manter sua escrituração contábil sempre atualizada e à disposição da fiscalização, publicando o respectivo balanço social anualmente, conforme exigido pela lei;
- X - cumprir pontualmente todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, e demais obrigações legais ou regulamentares, mantendo a documentação pertinente à disposição da fiscalização;
- XI - arcar com todas as despesas necessárias à fiel prestação dos serviços;
- XII - responder por eventuais danos ou prejuízos causados, por si ou por seus empregados, agentes ou prepostos, a terceiros em decorrência da operação dos serviços, sem que a fiscalização exercida pelo Poder Público exclua ou atenuie essa responsabilidade;
- XIII - ressarcir o Município por quaisquer danos ou prejuízos causados pela concessionária decorrentes da operação dos serviços, sem que a fiscalização exercida pelo Poder Público exclua ou atenuie essa responsabilidade;
- XIV - garantir, na medida de suas possibilidades, a segurança inerente ao serviço do transporte, bem como a integridade física e o conforto dos usuários;
- XV - prestar informações aos usuários e à população em geral sobre a operação dos serviços, especialmente no que se refere ao valor da tarifa, que deverá ser afixada em local estabelecido pelo Poder Público;
- XVI - obedecer fielmente as normas do serviço;
- XVII - acatar as determinações do Poder Público no que se refere à adoção de esquemas especiais de trânsito, zelando por sua divulgação aos usuários dos serviços;
- XVIII - acatar e cumprir fielmente, sem prejuízo à operação dos serviços, todas as normas baixadas pelo Poder Público;
- XIX - assegurar a fiel observância dos direitos dos usuários dos serviços;
- XX - manter serviço de sugestões e reclamações à disposição dos usuários, capaz de atender suficientemente à demanda de reclamações e pedidos que lhe forem dirigidos, facultada a delegação a terceiros;
- XXI - autuar e processar as reclamações feitas pelos usuários a respeito dos serviços, de modo a respondê-las motivadamente no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, adotando as providências que se fizerem necessárias;
- XXII - transmitir as reclamações autuadas e processadas ao Poder Concedente por meio de relatórios, que deverão conter as respostas fornecidas e as providências adotadas;
- XXIII - implementar, nos prazos estabelecidos, as alterações nos serviços e modificações nos itens operacionais relacionados aos serviços impostas pelo Poder Público.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

XXIV - trafegar com veículo com idade inferior a 15 (quinze) anos e demais exigência inerentes ao transporte coletivo;

XXV - cumprir os horários e itinerários fixados;

XXVI – Substituir o veículo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nas hipóteses de:

- Avaria do veículo regular da linha;
- Manutenção preventiva do veículo;
- Vistorias no veículo;
- Recusa do veículo pela fiscalização, quando constatada, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas.

XXVII – aplicar as tarifas estabelecidas;

XXVIII – usar adequadamente os locais indicados como paradas de ônibus demarcadas pela CONCEDENTE;

XXIX - apresentar laudo de vistoria semestral do veículo;

XXX – contratar seguro RC de transporte rodoviário de passageiros em viagem municipal, apresentando anualmente a quitação da apólice, com as seguintes coberturas mínimas individuais:

<b>SEGUROS</b>	<b>VALOR EM UPF/RS</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
<b>SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS (AP)</b>	<b>2500</b>	<b>R\$ 70.825,00</b>
<b>SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (RC)</b>	<b>30.000</b>	<b>R\$ 849.900,00</b>
<b>DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES (DMH)</b>	<b>600</b>	<b>R\$ 16.998,00</b>

XXXI – Emitir Mensalmente, relatório relativo ao acompanhamento da venda de passagens, que deverá ser entregue a fiscalização, contendo:

- Total de passageiros transportados, por dia, mês, sendo separados por categorias de benefícios;
- Total de passagens mensal vendidas antecipadamente e no ato da utilização;
- No trimestre que antecede o término do prazo da concessão, cessar-se-á a venda de passagens antecipadas, devendo a CONCEDENTE efetuar o recolhimento das passagens excedentes, onde será efetuado o inventário das passagens em poder dos usuários de acordo com a numeração das passagens recolhidas.

31.3. O não cumprimento de qualquer uma das obrigações acima é motivo suficiente para a aplicação das sanções previstas neste contrato.

## **32. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**32.1.** O gerenciamento e fiscalização do objeto da presente licitação serão de competência da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, através da indicação via portaria do responsável pela fiscalização dos serviços delegados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

**32.2.** A Concessionária deverá manter no Município de Pinhal Grande durante a vigência da Concessão, escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista, previdenciária e demais registros e informações que forem pertinentes, a ser executada mediante instruções da Concedente, no que couber.

**32.3.** A Concessionária se obriga a manter, durante todo prazo de vigência da concessão, veículo adequado para a prestação do serviço, responsabilizando-se pelas adaptações necessárias para atendimento das condições específicas deste Edital e seus Anexos, bem como pela sua manutenção e tudo mais que seja indispensável ao bom desempenho da operação.

**32.4.** Será ainda de responsabilidade exclusiva da Concessionária, a contratação completa da mão-de-obra específica e necessária ao suprimento do objeto deste edital, suas decorrências e encargos.

**32.4.1.** Fica dispensada a presença de cobrador no veículo, podendo o motorista receber os tíquetes, passagens ou vales.

**32.5.** A Concessionária estará sujeita, a qualquer tempo, à fiscalização ampla da prestação dos serviços, pela Concedente, incluída a manutenção do veículo, os atos comportamentais de empregados ou prepostos da Concessionária relativos ao público, as arrecadação das tarifas e demais itens que influenciem na qualidade da prestação dos serviços ou nas relações negociais entre as partes.

**32.6.** A Concessionária se obriga a atender integralmente os termos do Contrato de Concessão, bem como toda a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, o Regulamento do Transporte Coletivo do Município, os Decretos, diretrizes e normas expedidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e, ainda, a legislação superveniente ao referido Contrato.

**32.7.** A Concessionária obriga-se a manter veículo reserva em condições operacionais, a ser imediatamente disponibilizado na hipótese de falha, avaria ou indisponibilidade do veículo principal, garantindo a continuidade do itinerário da linha e a regular prestação do serviço, de modo a não ocasionar prejuízo ao deslocamento dos passageiros.

### **33. DA RESCISÃO**

**33.1.** Na forma do art. 137 da Lei 14.133/2021 e seguintes, este contrato poderá ser extinto nas seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

### **34. EXTINÇÃO**

34.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

34.1. A extinção do contrato poderá ser:

34.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

34.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

### **35. PENALIDADES:**

**35.1** Em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, esta estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo multas, rescisão contratual e demais sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa, conforme a Lei de Licitações 14.133/2021.

Pinhal Grande/RS, 30 de dezembro de 2025.

---

Robson Pereira  
Secretário do Planejamento

---

Davi k. Basílios  
Engenheiro Civil - CREA (RS) 244270



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

## ANEXO II – PLANILHA TARIFÁRIA

Empresa/Cidade-Data Referência: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA - PINHAL GRA**  
Nome do Arquivo (Até 8 Dígitos): **ANEXO I**

### A. PREÇOS E SALÁRIOS

A1. Combustível (R\$/l)		Valor		6,3000			
A2. Rodagem (R\$/unidade)		Pneu	Recapagem	Câmara Ar	Protetor	V. Útil (km)	Nº Recap.
Leve							
Pesado		1.895,00	895,00		40,00	100.000	3,0
Especial							
A3. Veículos (R\$/unidade)		Chassi	Carroceria				
Leve							
Pesado		132.083,00					
Especial							
						Lim. Inferior	Lim. Superior
				V.Útil	Diag.	70.000	92.000
					Radial	85.000	125.000
				Recap.	Diag.	2,5	3,5
					Radial	2,0	3,0
A4. Salário Médio (R\$/mês)		Valor					
Motorista		3.651,63					
Cobrador		0,00					
Fiscal / Despachante		0,00					
A5. Benefício Total (R\$/mês)							
A6. Remuneração Diretoria (R\$/mês)		0,00					
A7. Despesas (R\$/ano)		Valor					
Seguro Resp.Civil da Frota Total		2.000,00					
Seguro Obrigatório por Veículo							
IPVA da Frota Total		1.588,86					

### B. DADOS OPERACIONAIS

B1. Passageiros Transp. (média 12 meses)	Pass./mês	%
Com Desconto (x%)	0	x = 0,00
Sem Desconto	5.420	
Passageiro Equivalente	5.420	

#### B2. Frota (veículos)

Faixa Etária (anos)	Veículo Tipo Leve		Veículo Tipo Pesado		Veículo Tipo Especial		Frota Total
	Chassi	Carroceria	Chassi	Carroceria	Chassi	Carroceria	
0 - 1							0
1 - 2							0
2 - 3							0
3 - 4							0
4 - 5							0
5 - 6							0
6 - 7							0
7 - 8							0
8 - 9							0
9 - 10							0
10 - 11							0
11 - 12							0
+de 12			1	1			1
Frota Total	0	0	1	1	0	0	1
Fr. Reserva	0						0
Fr. Operante	0		1		0		1

B3. Quilometragem Percorrida (km/mês)	km/mês	Idade Média	Chassi	Carroceria
Produtiva (média 12 meses)	2.000,00	Leve	0,0000	0,0000
Improdutiva		Pesado	12,5000	12,5000
Total	2.000,00	Especial	0,0000	0,0000
		Total	12,5000	12,5000

B4. Percurso Médio Mensal	
PMM (km/veíc. x mês)	2.000,00

B5. Índice de Passageiros Equivalentes	
IPKe (Pass./km)	2,71



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

### C. CUSTO VARIÁVEL

						Coef. Consumo (l/km)	
C1. Combustível						Lim. Inferior	Lim. Superior
Leve						0,35	0,39
Pesado						0,45	0,50
Especial						0,53	0,65
						Coef. Cons. Equiv. (l/km)	
C2. Lubrificantes						0,04	0,06
						R\$/km	
						180	
						28,571429	
C3. Rodagem						Coef. Cons. (%/Preço Veic.)	
Leve						Lim. Inferior	Lim. Superior
Pesado						0,0033	0,0083
Especial						0,0033	0,0083

### D. CUSTO FIXO

#### D1. Custo de Capital (Depreciação e Remuneração)

	Leve	Pesado	Especial
Preço Veículo com Rodagem (R\$)	0,00	132.083,00	0,00
Preço Veículo Menos Rodagem (R\$)	0,00	120.473,00	0,00
Vida Economicamente Útil (anos)	15		
Valor Residual (%)	5,00		
Taxa de Juros (%)	3,00		

Fator de Depreciação / Remuneração Anual por Tipo de Veículo

Faixa Etária (anos)	Veículo Leve			Veículo Pesado			Veículo Especial		
	Depreciação	Remuneração		Depreciação	Remuneração		Depreciação	Remuneração	
	Coefficiente	Coef. Acumul.	Fator Remun.	Coefficiente	Coef. Acumul.	Fator Remun.	Coefficiente	Coef. Acumul.	Fator Remun.
0 - 1	#DIV/0!	#DIV/0!	0,030000	0,118750	0,118750	0,030000	#DIV/0!	#DIV/0!	0,030000
1 - 2	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,110833	0,229583	0,026438	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
2 - 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,102917	0,332500	0,023113	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
3 - 4	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,095000	0,427500	0,020025	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
4 - 5	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,087083	0,514583	0,017175	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
5 - 6	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,079167	0,593750	0,014563	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
6 - 7	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,071250	0,665000	0,012188	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
7 - 8	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,063333	0,728333	0,010050	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
8 - 9	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,055417	0,783750	0,008150	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
9 - 10	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,047500	0,831250	0,006488	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
10 - 11	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,039583	0,870833	0,005063	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
11 - 12	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,031667	0,902500	0,003875	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
+ de 12	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,023750	0,926250	0,002925	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Custo de Capital (Depreciação e Remuneração) por Tipo de Veículo

Depreciação / Remuneração		Depreciação			Remuneração		
		Leve	Pesado	Especial	Leve	Pesado	Especial
Coeficiente Anual		#DIV/0!	0,02	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Anual da Frota	(R\$/ano)	#DIV/0!	2.861,23	#DIV/0!	#DIV/0!	352,38	#DIV/0!
Anual por Veículo	(R\$/v./ano)	0,00	2.861,23	0,00	0,00	352,38	0,00
Mensal por Veículo	(R\$/v./mês)	0,00	238,44	0,00	0,00	29,37	0,00
Máquinas Inst. Equipam.	(R\$/v./mês)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Almoxarifado	(R\$/v./mês)	-	-	-	0,00	39,62	0,00
Total	(R\$/v./mês)	0,00	238,44	0,00	0,00	68,99	0,00

Depr.Maq.Inst.Eq.=0,0001xVeic.Leve  
Rem.Maq.Inst.Eq.=0,0004(4%)xVeic.Leve  
Rem.Almox=-0,0003(3%)xVeic.Leve



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

### D2. Despesas com Pessoal

#### Pessoal de Operação

Motorista

Cobrador

Fiscal / Despachante

Enc.Soc.(%)

Fator Utiliz.

R\$/v.mês

(Operação)

R\$/v.mês

7.731,63

(Oper.+Manut.)

R\$/v.mês

R\$/v.mês

7.731,63

Pessoal de Manutenção

Pessoal Administrativo

Benefícios

Remuneração da Diretoria

Coeficiente

0,0000

0,1300

0,00

1.005,11

0,00

0,00

Fator de Utilização	
Lim. Inferior	Lim. Superior
2,20	2,80
2,20	2,80
0,20	0,50
Coef. (% / Pessoal Oper.)	
Lim. Inferior	Lim. Superior
0,12	0,15
0,08	0,13

Encargos = 62,8'

Manut./Admin.(R\$/v.

180

0,023281

### D3. Despesas Administrativas

Despesas Gerais

Seguro Responsabilidade Civil

Seguro Obrigatório

IPVA

Coeficiente

0,00333

R\$/v.mês

0,00

166,67

0,00

132,41

Coef. (% / Preço Veic.Leve)	
Lim. Inferior	Lim. Superior
0,00167	0,00333

### E. TRIBUTOS

E1. Soma das Alíquotas Sobre a Receita

%

5,00

R\$/km

0,4751

Tributo (%)

5,00

4,76

### F. CÁLCULO DA TARIFA

	Ponderado R\$/v./mês	R\$/mês	R\$/km	% Custo	% Total	% Tot.c/Trib.
<b>F1. Custo Variável</b>						
Combustível			3,1500	72,32	34,89	33,15
Lubrificantes			0,3780	8,68	4,19	3,98
Rodagem			0,2796	6,42	3,10	2,94
Peças e Acessórios			0,5481	12,58	6,07	5,77
<b>Custo Variável Total</b>			<b>4,3557</b>	<b>100,00</b>	<b>48,25</b>	<b>45,84</b>
<b>F2. Custo Fixo</b>						
Depreciação	238,44	238,44	0,1192	2,55	1,32	1,25
Veículos	238,44	238,44	0,1192	2,55	1,32	1,25
Máq. Instal. e Equipam.	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Remuneração	68,99	68,99	0,0345	0,74	0,38	0,36
Veículos	29,37	29,37	0,0147	0,31	0,16	0,15
Máq. Instal. e Equipam.	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Almoxarifado	39,62	39,62	0,0198	0,42	0,22	0,21
Despesas com Pessoal	8.736,74	8.736,74	4,3684	93,51	48,39	45,97
Operação	7.731,63	7.731,63	3,8658	82,75	42,82	40,68
Manutenção	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Administrativo	1.005,11	1.005,11	0,5026	10,76	5,57	5,29
Benefícios	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Remuneração Diretoria	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Desp. Administrativas	299,07	299,07	0,1495	3,20	1,66	1,57
Gerais	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Seguro Resp. Civil	166,67	166,67	0,0833	1,78	0,92	0,88
Seguro Obrigatório	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
IPVA	132,41	132,41	0,0662	1,42	0,73	0,70
<b>Custo Fixo Total</b>	<b>9.343,24</b>	<b>9.343,24</b>	<b>4,6716</b>	<b>100,00</b>	<b>51,75</b>	<b>49,16</b>
<b>F3. Custo Total</b>			<b>9,0274</b>		<b>100,00</b>	<b>95,00</b>
<b>F4. Custo Total c/Tributos</b>			<b>9,5025</b>			<b>5,00</b>
						<b>100,00</b>
<b>F5. Tarifa</b>						<b>R\$ 3,5065</b>



**ANEXO II**  
**METAS DE QUALIDADE E DESEMPENHO**  
**MECANISMOS DE GANHOS DE EFICIÊNCIA E QUALIDADE**  
**FATOR DE AJUSTE TARIFÁRIO**

**1. METAS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:**

Abaixo são relacionadas as metas de qualidade e desempenho a serem atingidas pelo licitante vencedor da Concorrência Eletrônica Nº .../2026 ao longo da prestação dos serviços em certame.

**1.1. Acidentes por Número de Viagens (ANV):**

Procedimento de cálculo:

Quociente da quantidade de acidentes e/ou incidentes com ou sem vítimas, que tenham sido, comprovadamente, causados pelo concessionário ou pelo estado do veículo pelo número de viagens completas realizadas.

Fórmula de cálculo:

$$ANV = (NA / NV) \times 100$$

onde:

ANV = Índice de Acidentes (%)

NA = Número de acidentes ocorridos

NV = Número de viagens completas realizadas

Meta: O índice médio de acidentes das linhas deverá ser menor que 3%.

Verificação: A partir do Boletim de Ocorrência, com periodicidade mensal.

**1.2. Autuações de Trânsito (AT):**

Procedimento de cálculo:

Quociente da quantidade de multas ocorridas no trânsito que tenham sido causados pelos seus prepostos ou pelo estado dos veículos pelo número de viagens realizadas.

Fórmula de cálculo:

$$AT = (NM / NV) \times 100$$

onde:

AT = Índice de autuações de trânsito (%)

NM = Número de multas ocorridas no período





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

NV = número de viagens realizadas no período

Meta: O índice médio de regularidade das multas deverá ser menor que 2%.

Verificação: A partir dos autos de infração no trânsito, com periodicidade semestral.

### **1.3. Reprovação em Vistorias (RV):**

Procedimento de cálculo:

Quociente de vistoria reprovada pelo número de vistorias anuais.

Fórmula de cálculo:

$$RV = (VR / VA) \times 100$$

onde:

RV = Índice de reprovação de vistoria (%)

VR = Vistoria reprovada

VA = Vistorias anuais

Meta: O índice deve ser de 0% de reprovação.

Verificação: A partir dos registros do órgão gestor, durante o período de um ano.

### **1.4. Confiabilidade de Partidas (CP):**

Procedimento de cálculo:

Mede o percentual de partidas realizadas “no horário”. Serão consideradas como “no horário” as viagens iniciadas com até 5 minutos de atraso. O indicador deverá ser levantado na linha com base em quadro de horários. O índice de confiabilidade de partida considerará os horários de realização das viagens com partida do bairro por turno.

Fórmula de cálculo:

$$CP = (VH / VT) \times 100$$

onde:

CP = Índice de confiabilidade de partida (%)

VH = Viagens no horário

VT = Viagens totais

Meta: Índice de confiabilidade de partida das linhas, sendo que a média deverá ser de no mínimo 90%, o que caracteriza um serviço confiável.

Verificação: Por meio de fiscalização direta, com periodicidade mensal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

### 1.5. Cumprimento de Viagens (CV):

Procedimento de cálculo:

Mede o percentual de viagens realizadas pela quantidade de viagens programadas tomando por base as partidas (saídas). Serão consideradas as viagens que tenham sido realizadas com atraso de, no máximo 15 minutos, em relação ao horário programado.

Fórmula de cálculo:

$$CV = (VR / VP) \times 100$$

onde:

CV = Índice de cumprimento de viagens (%)

VR = Viagens realizadas no período

VP = Viagens programada totais

Meta: Índice de cumprimento de viagens deverá ser de no mínimo 90%.

Verificação: Por meio de fiscalização direta, com periodicidade mensal.

## 2. MECANISMOS DE GANHOS DE EFICIÊNCIA E QUALIDADE:

Com base nas metas de qualidade e desempenho acima estabelecidas, as metas de qualidade e desempenho do licitante vencedor da Concorrência Eletrônica nº ..../2026 serão valoradas de acordo com os conceitos a seguir.

Valor	Conceito
1,00	Plenamente Satisfatório
0,98	Satisfatório
0,96	Satisfatório com Restrições
0,94	Regular
0,90	Regular com Restrições
0,00	Insuficiente

Os índices de cada meta, conforme seus enquadramentos serão valorados de acordo com os quadros estabelecidos a seguir.

- Acidentes por Número de Viagens (ANV):

DISCRIMINAÇÃO	FAIXA	VALOR
Índice de Acidentes por Número de Viagens (IANV)	$0\% \leq \text{IANV} < 3\%$	1,00
	$3\% \leq \text{IANV} < 6\%$	0,98
	$6\% \leq \text{IANV} < 10\%$	0,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

	$10\% \leq \text{IANV} < 15\%$	0,94
	$15\% \leq \text{IANV} < 20\%$	0,90
	$20\% \leq \text{IANV}$	0,00

- Autuações de Trânsito (AT):

DISCRIMINAÇÃO	FAIXA	VALOR
Índice de Autuações de Trânsito	$0\% \leq \text{IAT} < 2\%$	1,00
	$2\% \leq \text{IAT} < 5\%$	0,98
	$5\% \leq \text{IAT} < 8\%$	0,96
	$8\% \leq \text{IAT} < 12\%$	0,94
	$12\% \leq \text{IAT} < 15\%$	0,90
	$15\% \leq \text{IAT}$	0,00

- Reprovação em Vistorias (RV):

DISCRIMINAÇÃO	FAIXA	VALOR
Índice de Reprovação em Vistorias (IRV)	0%	1,00
	$1\% \leq \text{IRV} < 25\%$	0,96
	$25\% \leq \text{IRV} < 50\%$	0,90
	$50\% \leq$	0,00

- Confiabilidade de Partidas (CP):

DISCRIMINAÇÃO	FAIXA	VALOR
Índice de Confiabilidade de Partidas (ICP)	$\text{ICP} \geq 90\%$	1,00
	$90\% < \text{ICP} \geq 87\%$	0,98
	$87\% < \text{ICP} \geq 84\%$	0,96
	$84\% < \text{ICP} \geq 80\%$	0,94
	$80\% < \text{ICP} \geq 75\%$	0,90
	$75\% < \text{ICP}$	0,00

- Cumprimento de Viagens (CV):

DISCRIMINAÇÃO	FAIXA	VALOR
Índice de Cumprimento de Viagens (ICV)	$\text{ICV} \geq 90\%$	1,00
	$90\% < \text{ICV} \geq 87\%$	0,98
	$87\% < \text{ICV} \geq 84\%$	0,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

	$84\% < ICV \leq 80\%$	0,94
	$80\% < ICV \leq 75\%$	0,90
	$75\% < ICV$	0,00

### 3. FATOR DE AJUSTE TARIFÁRIO:

A medição da qualidade e do desempenho do licitante vencedor da Concorrência Eletrônica nº ..../2026 será apropriada quantitativamente através do Fator de Ajuste Tarifário, fator este que visa garantir uma tarifa justa para o serviço de transporte coletivo urbano, ser prestado com excelência.

A apropriação à tarifa será efetuada segundo as seguintes formulações:

$$TC = TV \times FAT$$

onde:

TC = Tarifa Calculada;

TV = Tarifa em Vigência;

FAT = Fator de Ajuste Tarifário.

e

$$FAT = (IANV + IAT + IRV + ICP + ICV) / 5$$

onde:

FAT = Fator de Ajuste Tarifário

IANV = Índice de Acidentes por Número de Viagens

IAT = Índice de Autuações de Trânsito

IRV = Índice de Reprovação em Vistorias

ICP = Índice de Confiabilidade de Partidas ICV = Índice de Cumprimento de Viagens

Pinhal Grande/RS, 23 de dezembro de 2025.

\_\_\_\_\_  
Davi k. Basílios

Engenheiro Civil – CREA (RS) 244270



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

ANEXO III  
MATRIZ DE RISCO – TRANSPORTE URBANO COLETIVO

Partilha de Riscos				
Matriz de Riscos do Contrato de Concessão de Transporte Coletivo Público				
Orde	Descrição do Risco	Tipo de Risco	Atribuição do Risco	
			Concessionária	Concedente
1	Alterações (criação, extinção, aumento ou diminuição de alíquotas) tributárias ou de encargos legais sobre o serviço de transporte público de ônibus.	Tributário		X
2	Cumprimento com a legislação vigente e adimplemento das obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias.	Tributário	X	
3	Tumultos e comoções sociais (greves e ocupações), salvo em caso de greve de funcionários da Concessionária julgada legal ou negligência da Concessionária na proteção do seu patrimônio.	Social		X
4	Greves e paralisações de funcionários julgadas legais pelo poder judiciário.	Social	X	
5	Alterações (criação ou extinção) de incentivos, benefícios e subsídios tarifários de transporte público de ônibus.	Regulatório		X
6	Multas e sanções por descumprimento das regras e condições estabelecidas no Edital, contrato de concessão e indicadores de qualidade propostos.	Regulatório	X	
7	Impactos nos custos decorrentes de alteração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana ou Plano Diretor do Município.	Regulatório		X
8	Envio de informações operacionais, financeiras e administrativas aos Órgãos de Controle Municipais.	Regulatório	X	
9	Danos a municipalidade decorrentes da execução e operação do sistema de transporte público pela Concessionária.	Operacional	X	
10	Falhas e acidentes ocorridos na construção de benfeitorias por parte da Concessionária para operação e manutenção do sistema de transporte público de ônibus.	Operacional	X	





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

11	Alterações da quilometragem média percorrida da frota de ônibus devido alterações de quantitativos de linhas, frequência e horários da frota.	Operacional		X
12	Falhas ou danos causados por fornecedores ou subcontratados da Concessionária em bens da concessão e/ou patrimônio público.	Operacional	X	
13	Falha no serviço e operação do sistema de transporte urbano, que gere dano à concessão, em desconformidade com o nível de qualidade dos serviços previstos contratualmente.	Operacional	X	
14	Pavimentação e manutenção de qualidade das vias urbanas utilizadas pelos ônibus de transporte público de passageiros, no mínimo em padrão similar ao encontrado no início da operação do sistema.	Operacional		X
15	Operação e manutenção dos pontos terminais do transporte público de passageiros.	Operacional		X
16	Operação e manutenção da sinalização e pontos de ônibus de transporte público de passageiros.	Operacional		X
17	Modificação unilateral do contrato.	Legal	X	X
18	Fato do príncipe ou ato da administração.	Legal		X
19	Decisão judicial que suspenda ou impeça a concessão por fato alheio à Concessionária.	Legal		X
20	Alterações no Memorial Descritivo e/ou especificações técnicas do Contrato (incluindo projeto básico, diagnóstico, especificações de veículos, metas de qualidade).	Legal	X	X
21	Responsabilidade civil (acidentes, lesões, mortes, danos materiais ou morais) decorrentes da operação do sistema de transporte público de ônibus.	Legal	X	
22	Pagamento de indenizações e despesas devido a responsabilidade civil decorrentes da operação do sistema de transporte público de ônibus.	Legal	X	
23	Multas e sanções devido ao descumprimento de leis e normas causadas pela operação do sistema de transporte público de ônibus.	Legal	X	
24	Caso fortuito e força maior.	Legal		X



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

25	Criação de leis ou revogação de leis que permitam uma alteração no quantitativo do quadro operacional (motoristas, cobradores e fiscais).	Legal		X
26	Obtenção e variação dos custos de financiamentos.	Financeiro	X	
27	Variação cambial.	Financeiro	X	
28	Falta de liquidez e problemas de fluxo de caixa ou capital de giro.	Financeiro	X	
29	Manutenção de indicadores financeiros da concessão (empresa) dentro dos limites toleráveis definidos no contrato de concessão e Edital.	Financeiro	X	
30	Dívidas e inadimplência com fornecedores, funcionários e prestadores de serviço provenientes do serviço de transporte público coletivo de ônibus.	Financeiro	X	
31	Aumento ou diminuição do custo de capital utilizado no serviço de transporte público.	Financeiro	X	
32	Falhas ou problemas no processo de faturamento, recebimento e gestão dos recebíveis tarifários.	Financeiro	X	
33	Erros e inadequações da proposta comercial da Concessionária.	Comercial	X	
34	Alterações dos custos variáveis de operação (por km), valores de investimentos (frota e outros) e despesas fixas (pessoal administrativo, O&M de garagens, terminais, etc.) da proposta comercial da Concessionária.	Comercial	X	
35	Criação de novas regras de integração entre linhas da concessão ou entre outros municípios.	Comercial		X

Pinhal Grande/RS, 23 de dezembro de 2025.

\_\_\_\_\_  
Davi k. Basílios  
Engenheiro Civil – CREA (RS) 244270



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/MF/Nº

ENDEREÇO:

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Concorrência Eletrônica nº ..../2026, que a Empresa por mim apresentada:

( ) não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público.

( ) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

( ) cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

( ) está em observância ao limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

( ) apresenta proposta econômica que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

( ) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

( ) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos limites previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

( ) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

Ressalva CASO EMPREGUE MENOR: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

LOCAL: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que está regularmente enquadrada na categoria:

( ) **MICROEMPRESA (ME)**, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

( ) **DEMAIS EMPRESAS (NÃO ENQUADRADAS COMO MEI, ME OU EPP).**

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada.

Declara, por fim, que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

LOCAL: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

ASSINATURA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA FUNCIONÁRIO PÚBLICO**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), DECLARA, sob as penas da Lei, declara para os devidos fins e a quem possa interessar, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e  
Carimbo do CNPJ ]





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISTORIA TÉCNICA**  
**(Elaborado pelo licitante)**

Eu....., portador do RG nº..... e inscrito no CPF nº ..... na condição de representante legal da ..... (nome empresarial), interessado em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº..... /....., Processo licitatório nº ...../ ....., DECLARO que o licitante não realizou a vistoria técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de realizar a linha e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO VEÍCULO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA .../2026**

EMPRESA:

CNPJ/MF N°

ENDEREÇO:

Declaramos para fins de participação na Concorrência Eletrônica n° .../2026, que esta empresa estará com o veículo operacional disponível no prazo estipulado para a realização dos serviços com, no mínimo, as seguintes características e condições:

- Idade inferior a 15 (quinze) anos;
- Capacidade mínima para 35 passageiros sentados;
- Com condições adequadas para execução do serviço conforme exigências do edital de Concorrência Eletrônica n° .../2026.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e  
Carimbo do CNPJ ]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ANEXO IX**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**INFORMAÇÕES:**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Responsável legal: \_\_\_\_\_

Dados Bancários: Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

A licitante acima qualificada propõe a oferta da tarifa básica para operar o sistema de transporte coletivo municipal de passageiros de Pinhal Grande, sob o regime de concessão, conforme valor indicado abaixo:

O valor da tarifa básica ofertada é de: R\$ \_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ reais).

A licitante está ciente de todas as condições do Edital e seus anexos.

Validade da Proposta: 60 dias

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e

Carimbo do CNPJ ]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO que entre si celebram, de um lado, o Município de Pinhal Grande/RS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Integração, 2691, inscrito no CNPJ/MF sob nº 94.444.346/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lucas Michelon, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, conforme **Processo Administrativo nº 001/2026, Edital n.º 025/2026, Concorrência Eletrônica nº 005/2026**, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alteração posterior, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO**

**1.1.** Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através de Concorrência Eletrônica nº 005/2026 e na proposta vencedora da empresa \_\_\_\_\_, que se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

**1.1.** Concessão de serviço de transporte público coletivo, com um ônibus, em linha regular, na zona urbana do Município de Pinhal Grande.

**CLÁUSULA TERCEIRA - BAIRROS A SEREM ATENDIDOS PELA LINHA:  
ROTEIRO VIA LOTEAMENTO ALBERTO PASQUALINI (LAP):**

Com início no Bairro Limeira Rua 15 de Novembro esquina com a estrada para Rincão dos Salles rumo ao centro; entrando na Rua Barão do Rio Branco rumo ao Loteamento Alberto Pasqualini; passando pelas ruas internas do loteamento e retornando pela mesma rua; Entrando na Rua Valentin Rubin rumo a Vila Jardim; entrando na Rua Julio Lourenço de Salles rumo ao centro; entrando na Rua 15 de Novembro rumo ao Bairro Integração; passando pela Avenida José Batistella; Avenida Integração; Rua César Rubin entrando pela Rua José Rubin Filho contornando a Praça do Bairro São José do Pinhal pela Rua José Jacob Piussi e Rua Amadeus Trevisan e retornando e percorrendo o mesmo trajeto através da Rua César Rubin até o ponto de partida. Trecho com 16,00 Km.

**ROTEIRO BAIRRO LIMEIRA BAIRRO SÃO JOSÉ DO PINHAL:**

Com início no Bairro Limeira Rua 15 de Novembro esquina com a estrada para Rincão dos Salles rumo ao centro; Entrando na Rua Valentin Rubin rumo a Vila Jardim; entrando na Rua Julio Lourenço de Salles rumo ao centro; entrando na Rua 15 de Novembro rumo ao Bairro Integração; passando pela Avenida José Batistella; Avenida Integração; Rua César Rubin entrando pela Rua José Rubin Filho contornando a Praça do Bairro São José do Pinhal pela Rua José Jacob Piussi e Rua Amadeus Trevisan

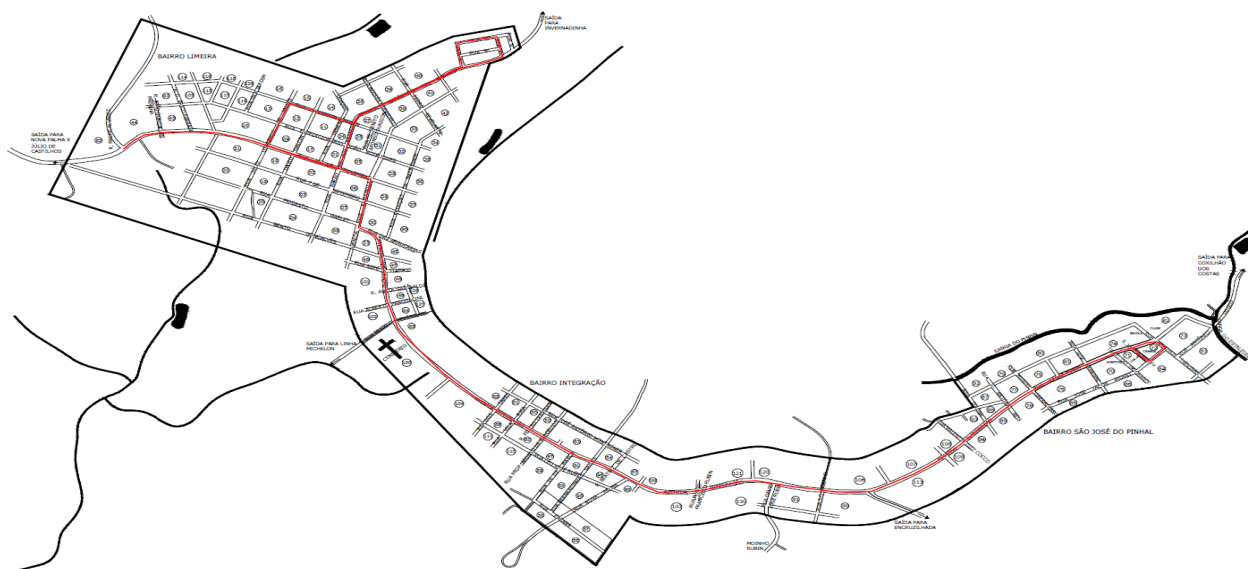


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

e retornando e percorrendo o mesmo trajeto através da Rua César Rubin até o ponto de partida. Trecho com 14,00 Km.

**ROTEIRO BAIRRO LIMEIRA BAIRRO INTEGRAÇÃO:**

Com início no Bairro Limeira Rua 15 de Novembro esquina com a estrada para Rincão dos Salles rumo ao centro; Entrando na Rua Valentin Rubin rumo a Vila Jardim; entrando na Rua Julio Lourenço de Salles rumo ao centro; entrando na Rua 15 de Novembro rumo ao Bairro Integração; passando pela Avenida José Batistella; Avenida Integração, Bairro Integração em frente a Prefeitura Municipal. Trecho com 6,00 Km.

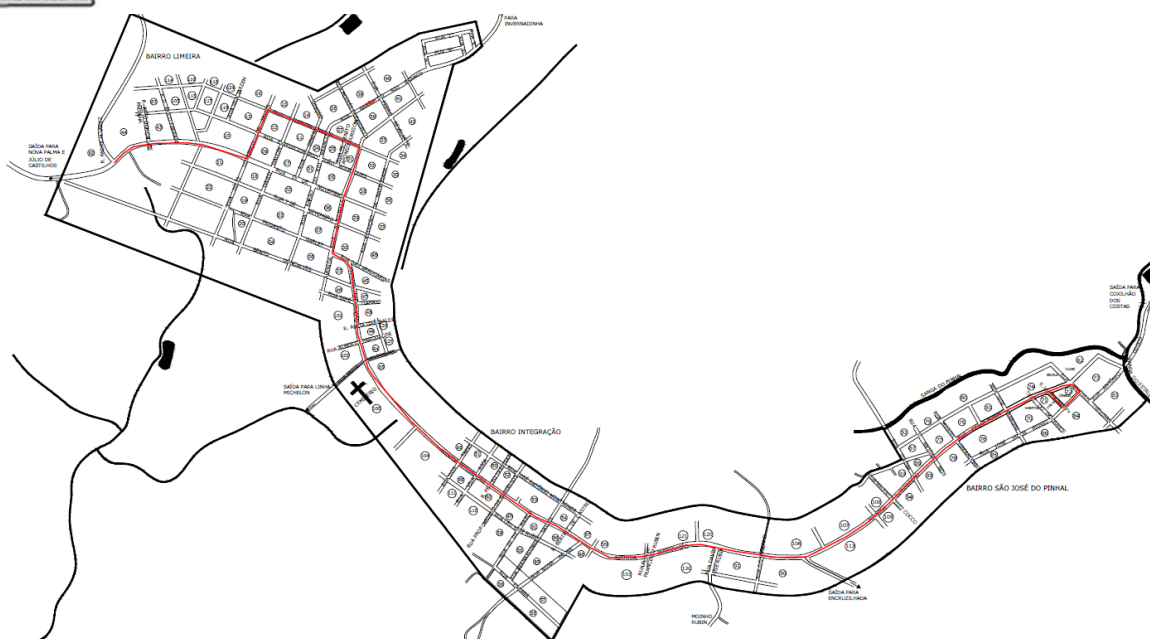


**Figura 4:** Rota Loteamento Alberto Pasqualine – LAP 16 km.

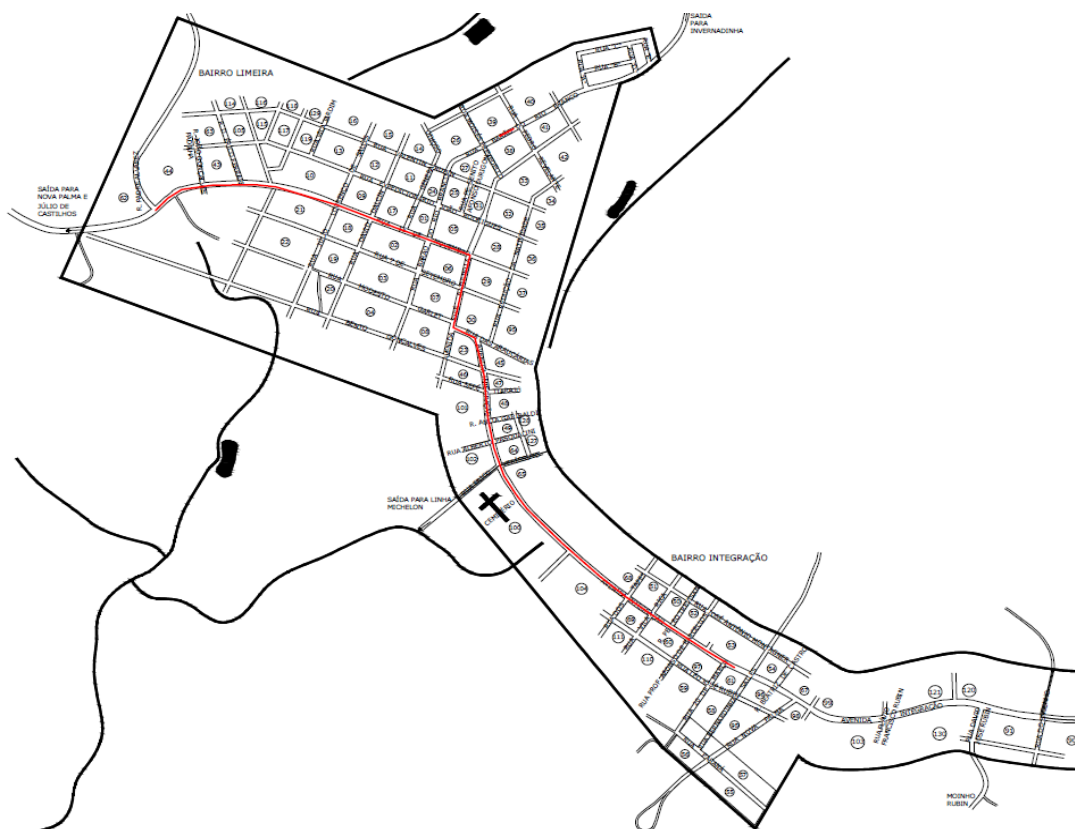




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



**Figura 5:** Rota Bairro Limeira à Bairro São José - BL à BSJ 14 km.



**Figura 6:** Rota Bairro Limeira à Bairro Integração - BL à BI 6 km.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**CLÁUSULA QUARTA - QUADRO DE HORÁRIOS:**

4.1. Os horários estabelecidos visam o atendimento da necessidade dos usuários e a viabilidade dos serviços, são os atualmente utilizados e já encontra-se familiarizado na população.

SAÍDA	HORÁRIO	VIA	DESTINO	KM
BL	06:30	LAP	BI	16 Km
BI	06:45		BSJP	
BSJP	06:50		BI	
BI	06:55		BL	
BL	07:10		BI	14 Km
BI	07:20		BSJP	
BSJP	07:25		BI	
BI	07:30		BL	
BL	07:45		BI	6 Km
BI	07:55		BL	
BL	11:20	LAP	BI	18 Km
BI	11:30		BL	
BL	11:45		BI	
BI	11:50		BSJP	
BSJP	11:55		BI	
BI	12:00		BL	
BL	12:45		BI	6 Km
BI	12:55		BL	
BL	13:00	LAP	BI	16 Km
BI	13:15		BSJP	
BSJP	13:20		BI	
BI	13:25		BL	
BI	17:00		BL	6 Km
BL	17:10		BI	
BI	17:30	LAP	BL	18 Km
BL	17:45		BI	
BI	17:50		BSJP	
BSJP	17:55		BI	
BI	18:00		BL	
			TOTAL:	100 Km



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

LEGENDA	
BL	BAIRRO LIMEIRA
BI	BAIRRO INTEGRAÇÃO
BSJP	BAIRRO SÃO JOSÉ DO PINHAL
LAP	LOTEAMENTO ALBERTO PASQUALINI

**CLÁUSULA QUINTA - QUILOMETRAGENS:**

Quilometragem por dia: 100 Km/dia.

Número de dias: 20 Dias.

Quilometragem por mês: 2.000 Km/mês.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 A concessão terá vigência de **60 (sessenta) meses**, vedada a sua prorrogação.

6.2. Previsão de impossibilidade de prorrogação de vigência contratual, impedindo que, ao final do prazo de 60 (sessenta meses), seja possível a prorrogação até o limite legal de 10 (dez) anos

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DA TARIFA**

O valor da tarifa será de \_\_\_\_\_(\_\_\_\_), conforme a proposta da CONTRATADA vencedora.

**CLÁUSULA OITAVA - DA REVISÃO DO VALOR DA TARIFA:**

**8.1.** A tarifa poderá ser revista mediante prévia justificção, embasada em dados técnicos que indiquem o necessário e eventual restabelecimento da equação econômico-financeira, nos termos da legislação pertinente, não descurando de sua adequação a patamares compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários do serviço.

**8.2.** O valor da tarifa será reajustada anualmente, tendo por data-base o início do mês subsequente ao mês do vencimento do período.

**8.3.** As revisões tarifárias tomarão como base a Planilha de preços, parte da proposta, que será o instrumento para verificação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, corrigidas pelo Fator de Ajuste Tarifário nas condições estabelecidas.

**CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:**

9.1. Será emitido pelo Departamento Pessoal do Município um relatório com a quantidade de passagens utilizados pelos Servidores Municipais com o valor a ser pago a empresa mensalmente.

9.2. O pagamento será efetuado pelo Município de Pinhal Grande em até 30 (trinta) dias contados da data da entrega dos bens ou da prestação dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

9.3. No valor a ser pago já está incluído todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.4. Na nota fiscal/fatura emitida pela empresa deverá conter em local de fácil visualização a indicação do número deste contrato e número do empenho.

**CLÁUSULA DÉCIMA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

10.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida;

10.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

10.3. A comprovação dar-se-á mediante apresentação de nota fiscal contendo os valores antigos e notas fiscais contendo o novo valor e devem ser acompanhadas por pedido formal, devidamente assinado e datado, contendo o número do contrato, o item solicitado, preços e percentuais requeridos.

10.4. Sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

10.5. Dentro do prazo previsto no item 10.4 o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

04.01.04.123.0002.2014- Manutenção da Secretaria da fazenda

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

03.01.04.122.0002.2011 – Manutenção das atividades da Secretaria da Administração

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**GABINETE DO PREFEITO**

02.01.04.122.0002.2005 – Manutenção das Atividades do Gabinete

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

10.01.20.122.0002.2121 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01.10.301.0018.2077 – Manutenção da Secretária Municipal da Saúde

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**

07.01.12.122.0002.2041 – Manutenção das Atividades da Secretária da Educação

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

06.01.04.122.0002.2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

05.01.04.122.0002.2018 – Manutenção da Secretaria de Planejamento

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**12.1.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA/IBGE do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, até o efetivo pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEÍCULO RESERVA**

**13.1.** A Concessionária deverá manter, durante toda a vigência do contrato, ao menos um veículo reserva em plenas condições de operação, destinado a substituir imediatamente qualquer veículo que apresente falha mecânica, pane ou avaria, de modo a garantir o cumprimento integral dos itinerários e horários estabelecidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MANUTENÇÃO DA FROTA**

**14.1.** A Concessionária será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados na prestação do serviço, garantindo condições adequadas de segurança, higiene, conforto e conservação, em conformidade com as normas técnicas e de trânsito vigentes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PONTUALIDADE E REGULARIDADE**

15.1. A Concessionária deverá cumprir rigorosamente os horários, itinerários e frequências definidos pelo Poder Concedente, sendo vedadas alterações unilaterais sem prévia e expressa autorização da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - QUALIFICAÇÃO DOS MOTORISTAS**

16.1. Os motoristas designados para a execução do serviço deverão possuir habilitação compatível, respondendo a Concessionária por quaisquer atos praticados no exercício da função.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. A prestação do serviço ficará sujeita à permanente fiscalização do Poder Concedente, que poderá realizar vistorias, solicitar documentos, aplicar penalidades e adotar outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESPONSABILIDADE CIVIL**

18.1. A Concessionária responderá, de forma exclusiva e integral, por quaisquer danos causados a usuários, terceiros ou ao patrimônio público, decorrentes da execução do serviço, independentemente de culpa.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EMISSÃO E VENDA DE PASSAGENS:**

19.1. A emissão das passagens será de responsabilidade e com custos arcados pela CONCESSIONÁRIA, sendo a sua quantidade emitida autorizada mediante termo, pela CONCEDENTE.

**Parágrafo Primeiro** - Os tickets de passagem:

- a) Deverão ser físicos, confeccionados em PVC ou similar, a prova d'água, **numerados em forma sequencial**;
- b) Deverão ser separados por cores conforme suas categorias (vale-transporte, estudantes, passageiro normal e outros);

**Parágrafo Segundo** - Será permitida a venda de passagens antecipadas, mediante autorização prévia pela CONCEDENTE.

**Parágrafo Terceiro** - Das informações a serem prestadas ao Município relativas a venda de passagens: Mensalmente, a CONCESSIONÁRIA emitirá relatório relativo ao acompanhamento da venda de passagens, que deverá ser entregue a fiscalização, contendo:

- a) Relatório com o total de passageiros transportados, por dia, sendo separados por categorias de benefícios;

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA GRATUIDADE DA TARIFA**

20.1. Lei Municipal nº 1.377, de 14 de agosto de 2007 - Dispõe sobre a Concessão e Permissão do Transporte Coletivo e dá outras Providências.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

Art.10. § 3º São isentos do pagamento da tarifa de transporte por ônibus, o menor de até seis (06) anos de idade, devendo o mesmo embarcar no ônibus em companhia dos pais ou responsáveis, e o maior de 65 (sessenta e cinco anos), tendo a outorgada o direito de exigir a comprovação da idade.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GESTÃO DO CONTRATO**

21.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 2.481 de 09 de maio de 2023, que “Regulamenta o agente de contratação, a equipe de apoio e a comissão de contratação, no âmbito do Município de Pinhal Grande/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

21.2. A gestão do contrato ficará a cargo do agente de contratação.

21.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Vanderlei Bueno Boiani, matrícula nº 2.046- Chefe do Setor de Transporte Escolar, o qual sairá uma portaria em seu nome.

21.4. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

**Parágrafo Primeiro** - Constituem direitos do Poder Concedente, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I - regulamentar os serviços e fiscalizar permanentemente sua prestação;
- II - determinar alterações nos serviços, modificando itens operacionais relacionados aos mesmos com a finalidade de melhor atender ao interesse público;
- III - zelar pela boa qualidade dos serviços com base nos princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, liberdade de escolha, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas e de pleno respeito aos direitos dos usuários e do prestador de serviço, concessionário;
- IV - exigir o constante aperfeiçoamento técnico, tecnológico e operacional dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - Constitui obrigação do Poder Concedente, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I - assegurar à Concessionária as condições necessárias ao exercício da concessão e garantir os direitos da concessionária;
- II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- III - Intervir na prestação dos serviços, nos casos previstos na Lei Federal nº 8.987/95 e demais legislações municipais.
- IV - extinguir a concessão nos casos previstos neste contrato, na legislação municipal e na legislação federal;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

V - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais na concessão.

VI - Mensalmente, exigir da CONCESSIONÁRIA relatório relativo ao acompanhamento da venda de passagens, contendo:

- Total de passageiros transportados, por dia, mês, sendo separados por categorias de benefícios;
- Total de passagens mensal vendidas antecipadamente e no ato da utilização;
- No trimestre que antecede o término do prazo da concessão, cessar-se-á a venda de passagens antecipadas, devendo a CONCEDENTE efetuar o recolhimento das passagens excedentes, onde será efetuado o inventário das passagens em poder dos usuários de acordo com a numeração das passagens recolhidas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:**

**Parágrafo Primeiro** - Constituem direitos dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I - dispor dos serviços de forma adequada, em condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, conforto e cortesia;
- II - obter todas as informações necessárias para o bom uso do serviço;
- III - receber informações sobre qualquer modificação ocorrida no serviço com a antecedência necessária, conforme determinação do Poder Público;
- IV - externar reclamações e sugestões através de canais próprios instituídos pelo Poder Público e pelo concessionário;
- V - ser tratado com urbanidade e respeito;
- VI - beneficiar-se das gratuidades previstas na legislação e normas regulamentares aplicáveis, identificando-se adequadamente quando solicitado;
- VII - levar as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes à operação dos serviços, ao conhecimento do Poder Público, participando, de forma ativa, de sua fiscalização;
- VIII - receber, quando couber, a devolução correta e integral do troco, observado o limite máximo de pagamento de 20 (vinte) vezes o valor da tarifa;
- XI - exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações do concessionário impostas pelo Poder Público.

**Parágrafo Segundo** - Constituem obrigações dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:

- I - pagar pelo serviço utilizado de acordo com a legislação e normas regulamentares aplicáveis;
- II - preservar e zelar pela preservação dos bens vinculados à prestação do serviço;
- III - portar-se de maneira adequada e utilizar o serviço de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Público;
- IV - zelar pela eficiência do serviço, não praticando qualquer ato que possa prejudicar o serviço ou os demais usuários, utilizando-o de forma adequada.



#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:**

**Parágrafo Primeiro** - Constituem direitos da Concessionária, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I - arrecadar as tarifas relativas à prestação dos serviços nos termos da legislação e normas regulamentares aplicáveis;
- II - ter mantida a equação econômico-financeira do contrato ao longo de sua execução de acordo com a legislação e normas aplicáveis;
- III - peticionar ao Poder Concedente sobre assuntos pertinentes à execução dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - Constituem obrigações da Concessionária, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nos Anexos ao Edital e ao presente Contrato de Concessão:

- I - cumprir e fazer cumprir fielmente as disposições deste contrato e seus respectivos Anexos, bem como da legislação aplicável, mantendo durante toda a vigência da concessão as condições de habilitação e qualificação exigidas nos citados instrumentos;
- II - operar os Serviços de forma a garantir a sua regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, liberdade de escolha, conforto, cortesia, modicidade tarifária e comodidade de pleno respeito aos direitos dos usuários, na forma da lei e normas regulamentares;
- III - cumprir as regras de operação regulamentadas pelo Poder Público;
- IV - respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e normas regulamentares aplicáveis;
- V - promover o constante aperfeiçoamento técnico e operacional dos serviços, bem como a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas utilizados, com vistas a assegurar eficiência máxima na qualidade do serviço;
- VI - operar somente com pessoal devidamente capacitado, treinado, habilitado, com observância das normas municipais aplicáveis, bem como da legislação trabalhista, previdenciária, securitária, de segurança e medicina do trabalho;
- VII - observar as normas de direito privado e trabalhista, não havendo qualquer relação ou vínculo jurídico entre terceiros contratados pelo particular e o Poder Público;
- VIII - permitir o livre acesso da fiscalização e auditoria instituídas pelo Poder Público, prestando todas as informações solicitadas;
- IX - manter sua escrituração contábil sempre atualizada e à disposição da fiscalização, publicando o respectivo balanço social anualmente, conforme exigido pela lei;
- X - cumprir pontualmente todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, e demais obrigações legais ou regulamentares, mantendo a documentação pertinente à disposição da fiscalização;
- XI - arcar com todas as despesas necessárias à fiel prestação dos serviços;
- XII - responder por eventuais danos ou prejuízos causados, por si ou por seus empregados, agentes ou prepostos, a terceiros em decorrência da operação dos serviços, sem que a fiscalização exercida pelo Poder Público exclua ou atenuie essa responsabilidade;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

- XIII - ressarcir o Município por quaisquer danos ou prejuízos causados pela concessionária decorrentes da operação dos serviços, sem que a fiscalização exercida pelo Poder Público exclua ou atenuie essa responsabilidade;
- XIV - garantir, na medida de suas possibilidades, a segurança inerente ao serviço do transporte, bem como a integridade física e o conforto dos usuários;
- XV - prestar informações aos usuários e à população em geral sobre a operação dos serviços, especialmente no que se refere ao valor da tarifa, que deverá ser afixada em local estabelecido pelo Poder Público;
- XVI - obedecer fielmente as normas do serviço;
- XVII - acatar as determinações do Poder Público no que se refere à adoção de esquemas especiais de trânsito, zelando por sua divulgação aos usuários dos serviços;
- XVIII - acatar e cumprir fielmente, sem prejuízo à operação dos serviços, todas as normas baixadas pelo Poder Público;
- XIX - assegurar a fiel observância dos direitos dos usuários dos serviços;
- XX - manter serviço de sugestões e reclamações à disposição dos usuários, capaz de atender suficientemente à demanda de reclamações e pedidos que lhe forem dirigidos, facultada a delegação a terceiros;
- XXI - autuar e processar as reclamações feitas pelos usuários a respeito dos serviços, de modo a respondê-las motivadamente no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, adotando as providências que se fizerem necessárias;
- XXII - transmitir as reclamações autuadas e processadas ao Poder Concedente por meio de relatórios, que deverão conter as respostas fornecidas e as providências adotadas;
- XXIII - implementar, nos prazos estabelecidos, as alterações nos serviços e modificações nos itens operacionais relacionados aos serviços impostas pelo Poder Público.
- XXIV - trafegar com veículo com idade inferior a 15 (quinze) anos e demais exigência inerentes ao transporte coletivo;
- XXV - cumprir os horários e itinerários fixados;
- XXVI – Substituir o veículo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nas hipóteses de:
- Avaria do veículo regular da linha;
  - Manutenção preventiva do veículo;
  - Vistorias no veículo;
  - Recusa do veículo pela fiscalização, quando constatada, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas.
- XXVII – aplicar as tarifas estabelecidas;
- XXVIII – usar adequadamente os locais indicados como paradas de ônibus demarcadas pela CONCEDENTE;
- XXIX - apresentar laudo de vistoria semestral do veículo;
- XXX – contratar seguro RC de transporte rodoviário de passageiros em viagem municipal, apresentando anualmente a quitação da apólice, com as seguintes coberturas mínimas individuais:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

<b>SEGUROS</b>	<b>VALOR EM UPF/RS</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
<b>SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS (AP)</b>	<b>2500</b>	<b>R\$ 70.825,00</b>
<b>SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (RC)</b>	<b>30.000</b>	<b>R\$ 849.900,00</b>
<b>DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES (DMH)</b>	<b>600</b>	<b>R\$ 16.998,00</b>

XXXI – Emitir Mensalmente, relatório relativo ao acompanhamento da venda de passagens, que deverá ser entregue a fiscalização, contendo:

- Total de passageiros transportados, por dia, mês, sendo separados por categorias de benefícios;
- Total de passagens mensal vendidas antecipadamente e no ato da utilização;
- No trimestre que antecede o término do prazo da concessão, cessar-se-á a venda de passagens antecipadas, devendo a CONCEDENTE efetuar o recolhimento das passagens excedentes, onde será efetuado o inventário das passagens em poder dos usuários de acordo com a numeração das passagens recolhidas.

O não cumprimento de qualquer uma das obrigações acima é motivo suficiente para a aplicação das sanções previstas neste contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1.** O gerenciamento e fiscalização do objeto da presente licitação serão de competência da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, através da indicação via portaria do responsável pela fiscalização dos serviços delegados.

**25.2.** A Concessionária deverá manter no Município de Pinhal Grande durante a vigência da Concessão, escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista, previdenciária e demais registros e informações que forem pertinentes, a ser executada mediante instruções da Concedente, no que couber.

**25.3.** A Concessionária se obriga a manter, durante todo prazo de vigência da concessão, veículo adequado para a prestação do serviço, responsabilizando-se pelas adaptações necessárias para atendimento das condições específicas deste Edital e seus Anexos, bem como pela sua manutenção e tudo mais que seja indispensável ao bom desempenho da operação.

**25.4.** Será ainda de responsabilidade exclusiva da Concessionária, a contratação completa da mão-de-obra específica e necessária ao suprimento do objeto deste edital, suas decorrências e encargos.

**25.4.1.** Fica dispensada a presença de cobrador no veículo, podendo o motorista receber os tíquetes, passagens ou vales.

**25.5.** A Concessionária estará sujeita, a qualquer tempo, à fiscalização ampla da prestação dos serviços, pela Concedente, incluída a manutenção do veículo, os atos comportamentais de empregados ou prepostos da Concessionária relativos ao público, as arrecadação das tarifas e demais





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

itens que influenciem na qualidade da prestação dos serviços ou nas relações negociais entre as partes.

**25.6.** A Concessionária se obriga a atender integralmente os termos do Contrato de Concessão, bem como toda a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, o Regulamento do Transporte Coletivo do Município, os Decretos, diretrizes e normas expedidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e, ainda, a legislação superveniente ao referido Contrato.

**25.7.** A Concessionária obriga-se a manter veículo reserva em condições operacionais, a ser imediatamente disponibilizado na hipótese de falha, avaria ou indisponibilidade do veículo principal, garantindo a continuidade do itinerário da linha e a regular prestação do serviço, de modo a não ocasionar prejuízo ao deslocamento dos passageiros.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

26.1. Na forma do art. 137 da Lei 14.133/2021 e seguintes, este contrato poderá ser extinto nas seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EXTINÇÃO**

27.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

27.1. A extinção do contrato poderá ser:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**

27.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

27.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PENALIDADES:**

**28.1** Em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, esta estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo multas, rescisão contratual e demais sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa, conforme a Lei de Licitações 14.133/2021.

Pinhal Grande/RS \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Lucas Michelin  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Empresa